STJ00109187

Tácio Lacerda Gama

Professor dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da PUC-SP. Presidente do Instituto de Aplicação do Tributo – IAT. Advogado.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Fundamentos para uma teoria da nulidade

3ª edição revista e ampliada

Prefácio de Paulo de Barros Carvalho

2020

editora e livraria
NOESES

STJ00109187

1164849

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G178c
3. ed.

Gama, Tácio Lacerda
Competência Tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade/ Tácio Lacerda Gama. - 3. ed., rev. e ampl. - São Paulo: Noeses, 2020.

432 p. ; 23 cm.
ISBN 978-85-8310-144-4

1. Direito Tributário – Brasil. I. Título.

19-61127 CDU: 34:351.713(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária CRB-7/6644

STJ00109187

SUMÁRIO

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO ..... **IX**

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO ..... **XI**

PREFÁCIO ..... **XIII**

NO INÍCIO, A DÚVIDA **1**

A dúvida fundamental: por que "Competência Tributária"? 2

Generalização da dúvida e propostas de superação de alguns "fundamentos óbvios" 8

Caminhos possíveis – algumas considerações sobre o método 11

O mínimo denominador comum – que é? 14

Os sentidos, o sentido, o sem sentido – como é? 16

A finalidade – para que serve? 18

Pequeno glossário de instrumentos teóricos 19

STJ00109187

Primeira Parte

A ESTRUTURA

Capítulo 1 – EM BUSCA DE UM DENOMINADOR COMUM **37**

1.1 Sintática, síntese, simplificação, sistematização 37

1.2 Unidade e identidade dos signos 41

1.3 O signo "norma de competência tributária" e as análises sintagmática e paradigmática 44

1.4 Isolamento temático, generalização e formalização 47

1.5 Modos de formação e transformação dos signos . 49

1.6 Síntese dos conceitos estruturais para análise da competência 51

Capítulo 2 – IDEIAS SOBRE A ESTRUTURA DA COMPETÊNCIA **53**

2.1 Normas incompletas, regulação coercitiva – um diálogo com Hans Kelsen 53

2.2 Normas primárias, normas secundárias – um diálogo com Herbert Hart 59

2.3 Sobre conceitos e normas – a oposição de Alchourrón e Bulygin 65

2.4 Normas indiretamente formuladas para regular a força do Estado – ideias propostas por Ross ... 70

2.5 Normas de conduta e normas de produção jurídica – algumas ideias de Riccardo Guastini 77

2.6 Aspectos de uma teoria sobre a norma de competência 81

STJ00109187

Capítulo 3 – DA PLURALIDADE À UNIDADE DAS NORMAS DE COMPETÊNCIA I 83

3.1 Enunciados, proposições, normas em sentido amplo, normas em sentido estrito e normas em sentido completo 84

3.2 O verbo como núcleo de uma norma e seus âmbitos de vigência: pessoal, territorial, temporal e material 91

3.3 Uma primeira aproximação do conceito de competência tributária e de norma de competência para os fins da análise estrutural 92

3.4 Descrição hipotética do fato produtor de normas (Hj) 95

3.4.1 Sobre quem pode criar normas jurídicas (s) 96

3.4.2 Sobre como deve ser a criação de normas [p(p1. p2.p3...)] 98

3.4.3 Sobre onde as normas devem ser produzidas (e) 101

3.4.4 Sobre quando as normas podem ser produzidas (t) 102

3.4.5 Síntese da hipótese que descreve os fatos produtores de normas 103

3.5 O vínculo entre forma e conteúdo (→) 104

3.6 Relação jurídica de competência (Rj) 106

3.6.1 O sujeito ativo da relação de competência (s) 107

3.6.2 O sujeito passivo da relação de competência (sp) 109

3.6.2.1 Sujeição passiva e outros esclarecimentos – isomorfismos com o direito de propriedade e os direitos potestativos 111

3.6.3 Permissão, faculdade ou obrigação? 115

3.6.4 O aspecto material da outorga de competência m(s.e.t.c.) 118

STJ00109187

3.7 Njcom = H{[s.p(p1,p2,p3...)] . (e.t)} → R [S(s.sp) . m(s.e.t.c)] 120

3.8 Sobre a programação do âmbito de vigência da norma inferior 120

3.9 Sobre os papéis da estrutura da norma de competência 121

Capítulo 4 – DA PLURALIDADE À UNIDADE DAS NORMAS DE COMPETÊNCIA II – IDEIAS SOBRE A NATUREZA SANCIONATÓRIA DA INVALIDADE ... 123

4.1 A positivação da norma de competência tributária 124

4.2 Exercício regular e irregular da competência, cláusula alternativa tácita e normas sancionatórias de competência 129

4.3 A estrutura das normas sancionatórias 132

4.4 A hipótese das normas sancionatórias de competência H [s.p(-c).e.t.] 136

4.5 O consequente das normas sancionatórias de competência R [S(s.sj). m(s.e.t.c.)] 137

4.5.1 Sobre a legitimidade ativa e passiva para questionar a validade de uma norma jurídica produzida ilicitamente 138

4.5.2 Efeitos materiais da aplicação da norma anulatória 138

4.5.2.1 Eficácia material em sentido estrito ou comportamental da norma anulatória – total ou parcial 139

4.5.2.2 Eficácia pessoal da norma anulatória – erga omnes *ou* erga singulum 140

4.5.2.3 Eficácia espacial da norma anulatória – total ou parcial 141

STJ00109187

4.5.2.4 Eficácia temporal da norma anulatória – ex nunc *ou* ex tunc 142

4.6 Ilícitos nomogenéticos e seus efeitos sobre a validade, vigência e eficácia das normas jurídicas 144

Capítulo 5 – DA UNIDADE À PLURALIDADE DAS NORMAS DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA..... 147

5.1 Ordenamento, sistema e alguns problemas semânticos 148

5.1.1 Ordenamento como sinônimo de sistema jurídico 149

5.1.2 Análise sincrônica e diacrônica do sistema jurídico 151

5.1.3 Definição do conceito de sistema de direito positivo e seus atributos 153

5.1.4 O sistema dos observadores e o sistema dos participantes – pontos de vista semelhantes, funções diferentes..... 155

5.2 Unidade do sistema de direito positivo 158

5.2.1 Norma de competência como critério de distinção entre direito e não direito..... 159

5.2.2 Norma de competência e modos de produção do direito positivo 160

5.2.3 Norma de competência e disposição hierárquica de normas jurídicas 160

5.2.4 A unidade para os observadores e a unidade para os participantes 162

5.3 Consistência do sistema de direito positivo..... 163

5.3.1 Conexões entre normas no sistema jurídico 164

5.3.2 O conflito entre normas no sistema jurídico – as antinomias..... 165

STJ00109187

5.3.2.1 Requisitos, definição e classificação das antinomias 165

5.3.2.2 Normas de competência e regras para superação de antinomias 169

5.3.2.3 Antinomias de segunda ordem: identificação e superação 172

5.3.3 O sistema dos participantes: conflitos como causa de pedir 175

5.3.3.1 A norma de competência e a revogação de normas jurídicas 176

5.3.3.2 A norma de competência e a anulação de regras jurídicas 178

5.4 A completude do sistema jurídico 179

5.4.1 O sistema dos observadores: identificação, classificação e superação de lacunas 180

5.4.2 O sistema dos participantes: inexistência de lacunas e norma de competência 182

5.5 Sobre os papéis da norma de competência no sistema 182

Segunda Parte

O SENTIDO

Capítulo 6 – INSTRUMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO **187**

6.1 Objeto e finalidades da investigação sobre o sentido 187

6.2 Elementos do sentido I – termo e conceito 191

6.3 Elementos do sentido II – conotação e denotação 193

STJ00109187

6.4 Elementos do sentido III – os problemas do sentido: vaguidade e ambiguidade 194

6.5 Elementos do sentido IV – instrumentos para a precisão do discurso 196

6.5.1 Definição estipulativa 198

6.5.2 Definições lexicográficas 199

6.5.3 Definição denotativa e definição conotativa 200

6.6 Elementos do sentido V – o texto e o contexto ... 201

6.7 Elementos do sentido VI – Reenvio, hierarquias intrincadas e problemas de legitimidade 203

6.8 Elementos do sentido VII – O sentido dos observadores e o sentido dos participantes 206

Capítulo 7 – VARIAÇÕES DE SENTIDO DO TERMO "COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA" 209

7.1 Ideia de competência tributária na Teoria Geral do Estado 210

7.1.1 Competência e Poder 210

7.1.2 Competência e Estado 216

7.1.3 Competência e Federação 218

7.1.4 Competência tributária e autonomia financeira 223

7.1.5 Discriminação de competências impositivas e sua justificação 228

7.2 Competência, capacidade, imputabilidade, autonomia, heteronomia e outros 232

7.2.1 Competência e normas dirigidas ao legislador 235

7.2.2 Competência e jurisdição 236

STJ00109187

7.2.3 Competência, personalidade e capacidade jurídica – o tema da vontade 238

7.3 Pluralidade de acepções para o termo "competência tributária" 240

7.3.1 Uma definição do conceito de "competência tributária" 241

7.3.2 Uma definição do conceito de "norma de competência tributária" 242

Capítulo 8 – ELEMENTOS DE SENTIDO NA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 243

8.1 Competência tributária legislativa 245

8.1.1 A programação da forma de exercício 246

8.1.2 A programação da matéria 248

8.1.2.1 Enunciados de autorização – conceito e finalidade 249

8.1.2.1.1 Enunciados de autorização – técnicas de atribuição da competência legislativa 249

8.1.2.1.1.1 Síntese dos critérios para atribuição de competências impositivas 253

8.1.2.1.1.2 Instauração e superação de conflitos de incidência tributária 257

8.1.2.1.2 Enunciados de autorização: natureza e regime jurídico 261

8.1.2.2 Princípios tributários 263

8.1.2.3 Princípios imunizantes ou imunidades tributárias 266

8.1.2.4 Enunciados complementares em matéria tributária 268

STJ00109187

8.2 Competência tributária administrativa 271

8.2.1 A programação da forma de exercício 273

8.2.1.1 Competência regulamentar e outras 273

8.2.1.2 Competência para promover a incidência da norma tributária 274

8.2.1.3 Competência jurisdicional atípica 276

8.2.2 A programação da matéria..... 277

8.3 Competência tributária jurisdicional..... 279

8.3.1 A programação da forma de exercício 280

8.3.1.1 Função legislativa atípica 281

8.3.2 A programação da matéria..... 282

8.4 Competência tributária privada..... 283

8.4.1 A programação da forma de exercício 284

8.4.2 A programação da matéria..... 285

8.5 O mínimo denominador comum entre as várias competências tributárias 286

Capítulo 9 – CARACTERÍSTICAS DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA..... 287

9.1 Algumas notas sobre a caracterização das competências tributárias..... 287

9.2 Quanto à exclusividade 289

9.3 Quanto à possibilidade de delegação 291

9.4 Quanto ao limite de tempo 293

9.5 Quanto à possibilidade de alteração..... 294

9.6 Quanto à possibilidade de renunciar 296

9.7 Quanto à modalização do exercício 297

STJ00109187

Terceira Parte

A FUNÇÃO

Capítulo 10 – PROPRIEDADES FUNCIONAIS DOS SIGNOS **305**

10.1 Instrumentos para análise funcional 306

10.2 Competência e desempenho da linguagem 306

10.3 Exercício de competências tributárias, requisitos e aspectos locucionários, ilocucionários e perlocucionários 308

10.4 O problema da legitimação das proposições prescritivas e descritivas 313

10.5 Dialogismo e intertextualidade – o diálogo entre textos como forma de legitimação 315

10.6 Outros esclarecimentos sobre a análise funcional da competência tributária 319

Capítulo 11 – PARA UMA TEORIA DA (IN)VALIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS **323**

11.1 Plurivocidade de acepções – pluralidade de concepções 323

11.2 Concepções relativas à existência, aplicabilidade, pertinência e validade das normas jurídicas – o ponto de vista dos observadores contraposto ao dos participantes 325

11.2.1 Validade como existência – o ponto de vista dos participantes 327

11.2.2 Validade como atributo da norma – o ponto de vista dos observadores 329

11.2.3 Validade como aplicabilidade – um critério realista 330

STJ00109187

11.2.4 Proposta de superação dos paradoxos entre validade, existência e aplicabilidade 333

11.3 Validade e outros conceitos relacionados 335

11.3.1 Validade formal e validade material 336

11.3.2 Validade, invalidade e seus efeitos sobre a vigência das normas 337

11.4 Síntese das posições sobre existência, validade, invalidade, vigência e eficácia 340

Capítulo 12 – PARA UMA TEORIA DA NULIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 343

12.1 Da validade à nulidade – Da Teoria Geral do Direito para a dogmática jurídica 344

12.2 Ilícitos nomogenéticos e suas espécies 344

12.2.1 Inconstitucionalidade 350

12.2.2 Ilegalidade 354

12.2.3 Nulidade e anulabilidade 355

12.2.4 Erro de fato e erro de direito 357

12.2.5 Improcedência da pretensão da Fazenda ou do contribuinte 361

12.3 Atributo comum do gênero nulidade – sanção pelo descumprimento da norma de competência 361

CONCLUSÕES 363

REFERÊNCIAS 369